

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.031](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.031)

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO DA EPT

Renata Gomes Cavalcanti

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB - PB, renata.cavalcanti@academico.ifpb.edu.br;

George de Paiva Farias

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB - PB, george.farias@academico.ifpb.edu.br;

Alexsandra Cristina Chaves

Professor(a) orientador(a): Doutora em Ciência e Engenharia de Materiais _UFRN- RN, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, alexandra.chaves@ifpb.edu.br ;

Jailson Oliveira da Silva

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IFPB - PB, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, jailson.silva@ifpb.edu.br.

RESUMO

Ao longo de muitos anos o ensino e a educação vêm construindo-se e adaptando-se moldadas por diversas situações e necessidades muitas vezes impostas. As transformações ocorridas quase sempre estavam relacionadas com o trabalho e a educação Profissional, o que resultou no que conhecemos hoje como ensino médio. O que converge e corrobora com a história da Educação Física Escolar Brasileira que vem enfrentando um processo de ressignificação de sua prática pedagógica, desde a origem uma concepção com caráter higienista e tecnicista, até os tempos atuais que visam à formação integral

dó aluno através da cultura do movimento. Diante do exposto este estudo tem como objetivo apresentar dados referentes à história da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Física enquanto disciplina, desde o seu surgimento até os dias atuais. Ao longo desta pesquisa podemos observar a preocupação com a qualificação profissional, desde os primórdios da educação brasileira, destacando a escola como protagonista nesse processo necessário para o desenvolvimento do país. A metodologia escolhida faz uma síntese da pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, com aportes em autores relevantes ao contexto estudado, apresentando elementos referentes à revisão realizada até agora, tendo como base à disciplina de Educação Física e a Educação Profissional no Brasil. A pesquisa tem o intuito de contribuir nos estudos sobre a relação entre a Educação Física e Educação Profissional. Por fim destacamos a necessidade de aprofundamento no campo de estudos relacionados ao currículo da Educação Física no Ensino Médio Integrado, proporcionando e promovendo o fortalecimento da formação individual e coletiva dos sujeitos interessados na pesquisa.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Profissional, História da Educação Brasileira.

INTRODUÇÃO

No início antes do surgimento das escolas os conhecimentos eram passados de geração para geração, era feito em casa pela família e objetivava garantir as habilidades básicas para a sobrevivência em meio à sociedade, que crescia cada vez mais baseadas na relação de trabalho e sobrevivência.

Percebemos assim que as escolas nasceram com o papel de facilitar a transmissão de conhecimentos adquiridos através das experiências individuais ou coletivas vividas pelas gerações anteriores e repassadas para as mais novas da forma como conheciam e acreditavam ser o correto, por isso a escola é uma construção social que preserva e compartilha conhecimentos construídos historicamente importantes para preservar as culturas regionais dos povos, mas baseados e direcionados sempre por interesses sociais, políticos e econômicos das camadas dominantes.

Observando o contexto do tema, a partir dessa pesquisa são relevantes novas investigações para elucidação do cenário mais atual da oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, convergindo para construções teóricas e reflexões documentais mais recentes sobre o ensino profissional, assim como destacamos, a necessidade de aprofundamento no campo de estudos relacionados ao currículo da Educação Física no Ensino Médio Integrado. Além disso, promove o fortalecimento da formação individual e coletiva dos sujeitos interessados na pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia faz uma síntese da pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, com aportes em autores, tais como Andreani (2018), Azevedo (1958), Bracht (1999), Castellani (1994), Brasil (1890; 1891; 1996; 2000; 2017), Coletivo de Autores (1992), Cunha (2005), Dallabrida (2009), Frigotto (2003), Ghiraldelli (2021), Peres (2005), Ramos (2013), Reis (2012), Romanelli (2012), Santos (2016), Sobrinho (2018), Tani (1988), Viana (2020), Wanderley (2007; 2013), Destacando alguns dos acontecimentos históricos os quais alicerçaram a oferta da educação profissional no Brasil. Portanto, no decorrer do texto, abordaremos sobre a origem do

ensino profissionalizante no Brasil, a partir do Colégio das Fábricas, Escolas de Aprendizes e Artífices que deu origem à Rede Federal de Ensino Técnico e às Escolas Técnicas Federais; a promulgação das principais leis que versam sobre a educação profissional, tais como as da Reforma de Francisco Campos e a Reforma Capanema, o Manifesto da Educação Nova, as Constituições Federais, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Decreto nº 5.154/2004 que instituiu o Ensino Médio Integrado no Brasil e alterou dispositivos da LDB para via de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível médio, e a Lei nº 13.415 que propôs a mais atual reforma do Ensino Médio e por fim a Educação Física no contexto da Educação Profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ORIGEM E TRANSFORMAÇÕES

Anteriormente a educação organizava-se em ensino primário ou elementar (destinado a crianças), ensino secundário (destinado aos adolescentes) e ensino superior. Sendo assim divididos por faixa etária, adequando os conteúdos a serem ministrados por níveis (ROMANELLI, 2012). A educação profissional no Brasil tem sua origem em uma perceptiva assistencialista com o objetivo de atender quem não tinha condições sociais favoráveis (VIANA; DIAS, 2020, p. 8).

Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) propõe a divisão do ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) gratuito dos 4 aos 17 anos e ensino superior para concluintes do ensino básico. Dessa forma o ensino fundamental I corresponderia ao antigo ensino primário, que era oferecido como nos dias atuais a maioria da população e no qual a maioria parava de estudar após sua conclusão, devido ao ensino secundário (hoje Fundamental II e ensino médio) não ser oferecido na maioria das cidades devido à inexistência de escolas principalmente no interior, o que aumentava as desigualdades, pois somente a elite tinha o acesso facilitado a essa etapa (ROMANELLI, 2012).

Assim a população mais pobre em sua maioria era destinada ao ensino elementar e profissional enquanto o ingresso na formação superior era alcançado em grande parte pelos ricos na sociedade. Apesar de o ensino secundário ter passado por inúmeras reformas ao longo da história, ligadas sempre a interesses econômicos e políticos da classe dominante e sempre destinada à preparação para o trabalho e/ou vestibular a minoria.

A GÊNESE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Criado por D. João VI através do decreto de 23 de março de 1809, o Colégio das Fábricas foi o primeiro modelo de escola profissional no Brasil:

Permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, buscando “promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria que multiplicam e melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes” (Brasil, 1891, p. 10).

Dois anos depois, o decreto de 31 de outubro de 1811 deixou claro que sua criação visou “socorrer à subsistência e educação de alguns artistas e aprendizes vindos de Portugal, enquanto se não empregassem nos trabalhos das fábricas que os particulares exigissem” (BRASIL, 1890, p. 131).

Baseado nessa perspectiva de educação profissional, o governador do Rio de Janeiro Nilo Peçanha por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofício em: Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul.

Por meio das ações abaixo descritas, em 1906, houve um marco histórico no que se refere à consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil na:

[...] realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa

a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

Na condição de Presidente da República, por meio do Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, marco inicial da Rede Federal. Essas escolas eram destinadas a crianças e jovens de 10 a 13 anos que tinham dificuldades nas atividades de leitura, escrita e cálculos, formavam mestres e contramestres por meio de oficinas diversas, como: mecânica, marcenaria, alfaiataria, carpintaria, serigrafia, entre outras. Tinham como fim que essas crianças e jovens ingressassem no mercado de trabalho não necessitando progredir nos estudos.

Fig. 1 - Inauguração das Escolas de Aprendizizes e Artífices.

INSTITUIÇÃO	DATA DE INAGURAÇÃO
Escola de Aprendizizes Artífice de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Rio Grande do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífice de Campo RJ	23/01/1910

INSTITUIÇÃO	DATA DE INAGURAÇÃO
Escola de Aprendizes Artífice de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Amazonas	01/10/1910

Fonte: Revista Brasileira da Educação Tecnológica (2009, p. 19)

Esse modelo educacional visava "atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedecia a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua." (KUENZER, 2009, p. 27). Ou seja, a intenção não estava vinculada a formação cidadã e sim a uma atividade profissionalizante que visava ocupar os jovens para que não causassem problemas a sociedade.

Essa recomendação está explícito no decreto nº 7.566/1909 que instituiu as Escolas de Aprendizes e Artífices em todas as capitais brasileiras ao considerar:

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (BRASIL, 1909)

De acordo com Cunha (2005) com a intenção de suprir as carências dos menos favorecidos, não ter recursos era um dos

critérios para ser admitido nessa escola. A concepção era que, por meio da aprendizagem de ofícios, os jovens poderiam se afastar de atividades relacionadas ao crime, complementar a renda para contribuir nas despesas domésticas e teriam mais oportunidades de entrar no mercado de trabalho, satisfazendo suas necessidades econômicas e modificando as condições de pobreza e exclusão nas quais viviam.

Esse modelo aos poucos foi sendo superado visto que os objetivos capitalistas se voltaram para a formação de profissionais para o mercado de trabalho nas indústrias e em 1932 com o advento da Revolução Industrial houve um aumento exponencial na produção em massa o que veio a reforçar a necessidade de formação especializada.

Dessa forma o ensino profissionalizante passa a ser visto como necessário para o desenvolvimento industrial. Todavia, apesar da iniciativa de criação dessas escolas, os propósitos industriais não coincidiam com os ofícios ensinados nessas instituições, pois, ao priorizarem as atividades artesanais (marcenaria, alfaiataria e sapataria) em detrimento das manufactureiras, os interesses dos setores fabris não eram atendidos. (CUNHA, 2005).

REFORMAS NA EDUCAÇÃO

O avanço da industrialização frente ao modelo capitalista de produção gerou modificações na educação Brasileira, entre estas se destacou a realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

De acordo com Menezes, (2001) dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estava à criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial. Este último foi destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, construindo no seu espírito todo um “sistema de hábitos, atitudes e comportamentos”. Dessa forma, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e

o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica. Conforme podemos observar esse ensino complementar era voltado principalmente à classe dominante devido à exigência pedagógica o que dificultava o acesso das classes populares a esse tipo de aprendizagem.

De acordo com Romanelli (2012, p. 139), “[...] a seletividade do sistema manifestava-se em dois pontos: dentro de cada ciclo, pela relação entre ingresso e conclusão, e, de um ciclo para outro, pela relação entre conclusões no ciclo fundamental e ingresso no complementar”.

Para Andreanni (2018) a realidade educacional reforçava uma nítida idéia de divisão entre teoria e prática. Apresentava-se aí uma dualidade educacional. Para os ricos, o trabalho de supervisão e planejamento, para os pobres, a execução de atividades manuais.

A idéia, ainda hoje forte, de que o trabalho do espírito ou o trabalho intelectual é superior ao trabalho material não é algo natural e eterno, mas é produto de determinadas relações sociais historicamente determinadas pelos seres humanos. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 49)

Essa divisão de classes levou a diversas reivindicações através do Manifesto da Educação Nova, lançado em 1932 por um grupo de 26 educadores e intelectuais propondo princípios e bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro na busca de um ensino universal onde todos tivessem acesso, o que culminou em mudanças importantes do ensino médio.

De acordo com Azevedo (1958) esse sistema deveria atender também a toda a população, e não apenas a uma minoria privilegiada, constituindo um instrumento de libertação não só da ignorância como da miséria. Os encargos do sistema educacional deveriam ser assumidos pelo Estado, com a cooperação de todas as instituições sociais.

Para Dallabrida (2009) a divisão criada pela Reforma Francisco Campos foi rearranjada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Reforma Capanema) ao estabelecer o ciclo ginásial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginásial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial.

Mediante o exposto, as reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942) deixaram ainda mais evidentes essa desigualdade acentuada no Ensino Médio que, para os pobres destinava-se exclusivamente ao ensino profissionalizante para a inserção no mercado de trabalho, com cursos voltados para a área rural, comercial e agrícola, que não davam acesso ao ensino superior (KUENZER, 2009). Para a elite, percorria a trajetória de “[...] ensino primário seguido pelo secundário propedêutico, completado pelo ensino superior, este sim dividido em ramos profissionais” (KUENZER, 2009, p. 27).

Conforme podemos identificar apesar destas reformas o acesso à educação era destinado prioritariamente para a classe dominante em detrimento da população em geral que tinha dificuldade no acesso ao ensino secundário e superior.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Ensino Médio Integrado no Brasil instituiu-se em 2004, no governo Luiz Inácio da Silva, por meio do Decreto nº 5.154/2004, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional visando à articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, numa perspectiva de integração entre os conhecimentos relacionados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e à cultura.

Para Sobrinho et al. (2018, p. 126) a partir desse decreto, fica clara a possibilidade de superar a dualidade estrutural histórica no Ensino Médio Brasileiro, como algo que transcenda uma formação profissional voltada meramente para suprir as necessidades do mercado de trabalho, e que se constitua a possibilidade de travessia para a formação humana integral, capaz de tornar os estudantes autônomos, críticos e reflexivos.

Nesse contexto, o papel da Educação Física na Educação Profissional ainda merece atenção particular. Embora a relação entre a Educação Física (EF) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) remonte ao início da rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, ainda são poucos os estudos que se debruçaram sobre o histórico da Educação Física na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil ou sobre as possibilidades e potencialidades político-pedagógicas da Educação Física na EPT. (SANTOS; ROSSET, 2019, p. 124-6).

A Educação Física está inserida na grade curricular das escolas de ensino médio como uma disciplina que tem como princípio o aprimoramento da cultura corporal do movimento. Atualmente sua legitimidade no âmbito escolar está expressa através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 que no art. 26, §3 diz que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

Ao longo dos tempos a Educação Física Escolar Brasileira vem passando por um processo de ressignificação de sua prática pedagógica desde a origem que tinha uma concepção com um caráter higienista e tecnicista até os tempos atuais que visam à formação integral do aluno através da cultura do movimento.

Conforme Sobrinho et al. (2018, p. 123) a educação física escolar foi implantada como componente curricular com o parecer de Rui Barbosa em 1882 e ao longo das décadas finais do século XIX e início do século XX, sofrendo forte influência militar. Nas escolas eram comuns aulas onde o professor exercia o papel de instrutor e o aluno de recruta. Nesse período também, a Educação Física sofria forte influência médica, com princípios higienistas que pregavam hábitos saudáveis e higiênicos, tendo como perspectiva a formação de um homem esteticamente forte e biologicamente saudável. Essas abordagens foram muito significativas, principalmente no período da 1ª e da 2ª guerra mundial. Após as grandes guerras, no entanto, a Educação Física passa a assumir um caráter desportivo.

Para analisar a evolução da Educação Física Brasileira precisamos investigar o contexto histórico partindo do século XIX e o decorrer do século XX.

[...] a Educação Física brasileira sofreu grande influência advinda do militarismo e da prática médica. Portanto, a prática pedagógica resultante destas duas áreas, ao ser instituída no âmbito escolar, resultou em atividades que tinham como fonte as ações militares sistematizadas. Esta fase se caracterizou por impor à toda a sociedade padrões característicos dos militares, com sua forte disciplina de quartel, com ações positivistas e com a prática onde o professor era instrutor e o aluno o recruta (WANDERLEY JÚNIOR, 2007, p.7).

Conforme identificamos a prática das atividades físicas sofreu uma grande influência militar e a atuação médica. De acordo com Wanderley Júnior e Cesar (2007) Nesse período, constatou-se um caminho que conduzia a uma visão higienista e voltado para a eugenia, que pode ser entendida como uma ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana.

A influência médica marcou pelos princípios eugenistas e higienistas a Educação Física [...]. Esses ideais foram norteadores de todo o pensamento da época, resultando numa forte concepção da Educação Física como perspectiva biológica, ou seja, primando obviamente, pelo físico (PERES, 2001, p.233).

Dialogando sobre essa questão Wanderley Junior e Cesar (2013, p.51) afirma:

Este novo significado continha razões específicas para ocorrer. Antes de tudo, cabe lembrar que o racionalismo sempre deixou os pensadores de ocasião em uma posição bastante confortável ao confrontar o intelectual com o corporal. Além de supervalorizar o lado intelectual em detrimento do lado prático corporal, estabeleceu-se um confronto que objetivava alcançar o domínio do comportamento humano e, sendo assim, garantia-se por um lado, a idéia estratificada pela cultura de que a dimensão intelectual prevalecia, via razão, sobre a dimensão prática e, por outro, atestava-se à necessidade de buscar modelar uma prática corporal que pudesse transformar o

corpo em um objeto para servir. Assim, o novo significado tinha como fim encontrar uma forma de manter a razão associada ao intelecto restando para o corpo servir e produzir, primeiramente aos modelos sociais de organização, pelo caminho do trabalho e da produção, e, em seguida, pelo caminho do serviço à pátria, formando homens saudáveis em caso de possíveis conflitos entre nações.

De acordo com Castellani Filho (1994, p.43) a EF higienista teve um papel de:

Criar o corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente, em oposição ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial, acabou contribuindo para que este corpo, eleito representante de uma classe e de uma raça servisse para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados.

Sobre a relação entre a Educação Física e a EPT, Santos e Rosset relatam que:

Segundo a perspectiva higienista, a Educação Física deveria garantir a saúde individual das pessoas, preservando assim, o ambiente social. Dessa forma, os indivíduos poderiam se manter sadios, fortes e preparados para ação (independe das condições materiais desses). Para isso, o conjunto de atividades desenvolvidas pela Educação Física (tais como ginástica, desporto, jogos recreativos) constituiriam um programa de padrões de conduta, disciplinando hábitos e afastando os homens e mulheres de práticas danosas à saúde e à moral. (2019, p. 124-11).

Dentro desse contexto a relação entre a Educação Física e a EPT foi evidenciada expressando os limites e potencialidades, conforme podemos identificar:

Com a normatização curricular para a EPT somente em 1926, cabia aos diretores de cada instituição a normatização em torno da Educação Física. Dessa maneira, a Educação Física expressa na EPT, acabou sendo expressando uma concepção mais geral, ou seja, pela mesma perspectiva da Educação Física

materializada no ensino propedêutico. (SANTOS; ROSSET, 2019, p. 124-11)

O papel da Educação Física nesse período histórico pode ser reforçado através da proposta de organização do Paulo Ildefonso, (membro do Partido Republicano do Paraná) na estruturação da Escola de Aprendizes no Paraná:

O processo moralizador do corpo também se daria pela adoção da aula de “ginástica sueca”, a educação física em uma das suas modernas faces, que garantiria o funcionamento regular da máquina humana. Na Escola de Aprendizes Artífices, as aulas de ginástica sueca e os exercícios militares auxiliavam na precisão dos movimentos dos corpos. Nas marchas aprendidas, nas formações treinadas, estabeleciam-se novos ritmos que preparavam para a normatização social e para o trabalho uniformizado e cronometrado da fábrica. E também através da higienização da alma pelos pedagógicos “conselhos de persuasão” (QUELUZ, 2010, p. 73).

As abordagens contribuíam para a formação de um ser humano fragilizado onde se evidenciava os aspectos técnicos visando à formação de cidadãos para a ocupação dos postos de trabalhos.

Para Santos e Rosset (2019) uma das funções da educação e da educação física seria formar hábitos conscientes. A escola é entendida como o espaço adequado para a formação de hábitos e a educação física tem por finalidade a formação de um aluno com hábitos saudáveis que permaneçam por toda a vida.

Os estudos apontam que essa perspectiva voltada para uma educação física militarista perdurou até meados dos anos 30 e 40 e a partir daí gradativamente verificou-se uma desmilitarização, direcionando os conteúdos para o desporto. Essa tendência de utilizar a prática desportiva voltada para o alto rendimento da Educação Física no âmbito escolar ocorreu até o início dos anos 60 quando houve uma transição publicação oficial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, que definiu para a Educação Física com um caráter obrigatório em todos os níveis básicos escolares.

Essa mudança na legislação que trouxe também um fato novo que foi uma alteração nas relações interpessoais da comunidade

escolar onde o que antes era com foco militarista passou a ser esportivista com uma relação entre treinador/atleta.

Conforme Sobrinho et al. (2018, p. 123) “O professor passa a assumir dentro da escola o papel de treinador, sendo o aluno encarado como atleta”. Dentro dessa perspectiva os alunos menos habilidosos ou com menor capacidade motora eram excluídos em detrimento dos fisicamente mais ativos.

O esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física, enaltecendo as marcas de rendimentos, os recordes, a competitividade, o desempenho e os índices físicos. Embora, em todos esses momentos houvesse um caráter tecnicista, o auge dessa influência foi mais forte nos anos 70, onde se estreitam os vínculos entre esporte e nacionalismo (SANTOS, 2016, p. 2).

Peres (2001), relata que:

Este período pode também ser reconhecido como o período de maior número de características exclusivas no campo escolar, pois as crianças que não fossem verdadeiros “talentos ou prodígios esportivos” eram desconsideradas, ou seja, os indivíduos “comuns” que não exibiam tanto destaque nas modalidades esportivas eram marginalizados e, conseqüentemente, excluídos (PERES, op. cit. p. 233).

Historicamente, a Educação Física serviu a funções específicas e de acordo com Bracht:

[...] fica claro que a EF no sentido lato possuía um papel importante no projeto de Brasil dos militares, e que tal importância estava ligada ao desenvolvimento da aptidão física e ao desenvolvimento do desporto: a primeira, porque era considerada importante para a capacidade produtiva da nação ‘da classe trabalhadora’ e o segundo, pela contribuição que traria para afirmar o país no conceito das nações desenvolvidas (Brasil potência) e pela sua contribuição para a primeira, ou seja, para a aptidão física da população (BRACHT, 1999, p.76).

Foi a partir dos anos 1980, principalmente, que se marcou um período de crise da Educação Física em busca de uma nova identidade, visando à legitimação do seu papel na sociedade. Diversas pesquisas e livros foram sendo publicados a fim de estudar tais características predominantes na área e modificá-las no sentido de produzir uma Educação Física que congregasse funções de formação integral, crítica e autônoma com o objetivo de que a aproximassem da realidade do seu encargo educacional (BRASIL, 2000).

Ao término dessa década de acordo com Wanderley Junior e Cezar (2013, p.52) “destaca-se a proposta da psicomotricidade, as defesas em prol de uma Educação Física Humanista, as críticas a cerca da diretividade da ação pedagógica do professor e em defesa de uma ação não diretiva”.

Nesse ínterim, surgiram várias correntes pedagógicas contrárias ao processo de desportivização e da atividade física, haja vista, que os debates em torno das ciências sociais sobre os objetivos das práticas corporais. Para estes, as práticas serviam como uma reprodução social a serviço da classe dominante, visando à manutenção da hegemonia da sociedade capitalista.

Para Bracht, as novas propostas pedagógicas para a EF

[...] buscam ser um ‘antídoto’ para um conjunto de características da cultura corporal ou de movimento atuais que, segundo a interpretação dessas abordagens, por um lado, são produtoras de falsa consciência e, por outro, transformam os sujeitos em objetos ou consumidores acríticos da indústria cultural (BRACHT, 1999, p.81).

Dessa forma, surgiram várias concepções entre elas a desenvolvimentista que defendia:

A educação física deve desenvolver as habilidades básicas, habilidades específicas e comunicação não verbal. “[...] as considerações sobre quais habilidades e também a maneira pela qual elas são adquiridas em determinado período indica os conteúdos que podem vir a ser utilizados pelo professor de educação física no desenvolvimento de suas aulas (GO TANI, 1988, P. 136)

De acordo com Santos e Rosset (2019) nesta abordagem o conteúdo a ser ensinado está subordinado às habilidades a serem apreendidas em cada série de ensino, o sujeito a ser formado é visto na perspectiva biológica, como um organismo perfeito que tende a funcionar dentro da normalidade e que depende de adequada estimulação para normalizar o comportamento e o desenvolvimento motor.

Sobre as concepções a respeito da Educação Física o grupo intitulado Coletivo de Autores se posiciona:

São sistematizadas a partir de uma lógica formal, uma pedagogia não crítica e um conhecimento técnico. Materializando uma prática pedagógica conservadora, porque a natureza da reflexão pedagógica não explicita as relações sociais e mascara seus conflitos. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 17).

Entende-se que a Educação Física enquanto “uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais (...) formas estas que configuram um a área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal” (Coletivo de Autores, 1992).

A Lei nº 13.415 de 16/02/2017 trata-se da reforma do Ensino Médio, a qual proporciona uma mudança estrutural no Ensino Médio, propondo melhorias para a educação, no que se refere à flexibilidade da grade curricular “o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos” (MEC, 2017). No entanto no que tange a Educação Física essa alteração se configura em um grande problema, de acordo com Santos e Rosset:

A mesma representa um retrocesso, visto que aponta, novamente, para a separação entre o ensino propedêutico e o técnico, rebaixa a Educação Física à condição de atividade e não mais de disciplina, assim como inviabiliza a possibilidade de formação integral do estudante. Sendo assim, complexifica ainda mais a integração da EF a EPT, impossibilitando uma formação na perspectiva politécnica. Se apenas com a Educação Física não temos condições de consolidar

uma proposta de educação politécnica, sem ela, muito menos. (2019, pag. 214-217)

De acordo com Sobrinho et al. (2018) os conteúdos abordados na Educação Física voltados para a cultura corporal se aproximam do conceito preconizado pela EPT, ou seja, a formação humana integral, que visa superar o dualismo educacional entre a formação propedêutica e a formação profissional, tendo em vista a perspectiva de integração entre os conhecimentos relacionados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e à cultura.

Portanto, a Educação Física no Ensino Médio Integrado, deve embasar-se em práticas pedagógicas que colabore para o desenvolvimento do conhecimento científico, histórico e sistêmico da cultura corporal, instrumentalizando e contribuindo para a efetivação da formação humana integral, por meio da socialização do conhecimento para a classe trabalhadora e, com isso, os conteúdos provenientes da organização desse componente curricular, levando à transformação social. (SOBRINHO et al., 2018, p. 129).

A afirmação da Educação Física no âmbito educacional nos tempos atuais ainda se configura em um desafio, visto que ainda existe um pré-conceito com a disciplina, relativando a algo menor frente aos demais conhecimentos.

A Educação Física é uma área do conhecimento que enfrenta inúmeros problemas por ser representada como uma disciplina que não contribui diretamente para a formação do indivíduo, já que tem dentre seus conteúdos a serem ministrados os esportes, que podem ser aprendidos na rua ou em escolinhas especializadas (RAMOS; DE LIMA 2013, p. 6).

Dessa forma enquanto componente curricular do Ensino Médio Integrado faz-se necessário que a disciplina exerça um papel que ultrapasse os limites dos exercícios físicos sistemáticos e/ou práticas esportivas, quebrando desta forma os paradigmas do pré-conceito frente a sua importância e atuando de forma protagonista na articulação de conteúdos voltados para a formação humana integral, oportunizando a formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa pode-se observar, desde os primórdios da educação brasileira, a preocupação com a qualificação profissional, destacando a escola como protagonista nesse processo necessário para o desenvolvimento do país.

Portanto deve-se construir algo além da superficialidade e engessamento da educação é necessário que o currículo e a prática pedagógica reflitam uma relação próxima/íntima com objetivos que desejam alcançar no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos educandos.

Nesse ínterim destacamos a Educação Física como um componente curricular imprescindível para o Ensino Médio Integrado devido a sua capacidade de contribuir com a formação integral dos discentes, tornando-os cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

Dentre os limites encontrados nesse estudo, destacamos a falta de integração curricular como o de maior relevância, não só pela EF, mas pela educação profissional e tecnológica de forma mais ampla. Acredito que promover a interdisciplinaridade pode ser uma estratégia para a resolução da fragmentação das disciplinas.

No tocante à educação profissional, historicamente ela foi destinada aos filhos dos trabalhadores, embora houvesse uma educação propedêutica para os filhos da burguesia. Essa realidade gerou uma dualidade histórica. Assim, a educação profissional continuou promovendo essa segregação, por meio da formação de mão de obra para servir aos donos dos meios de produção, onde se executavam tarefas de forma insalubre e degradante para a natureza humana, em um contexto de exploração no qual o trabalho garantia apenas a subsistência para o trabalhador e a produção de riquezas para o capitalismo.

À vista disso, a proposta de superação dos modelos de formação profissional que proponho é aquela que avança na direção de afasta-se de uma instrução unilateral para uma formação integral, voltada para a construção do indivíduo em suas dimensões humana afetiva, cognitiva, estética e ética, entre outras, e no caminho de superação do sistema capitalista de produção, que resulta na divisão em classes.

Nessa lógica, o papel da EPT dentro da Rede Federal e sua responsabilidade ampliam-se no sentido de não formar apenas mão de obra para o mercado de trabalho, mas de preparar pessoas para atuarem em um mundo produtivo, diverso e, sobretudo, em constantes mudanças, ou seja, uma formação para o desenvolvimento da consciência crítica.

REFERÊNCIAS

ANDREANI, Fabiana. **O ensino da Educação Física no Instituto Federal de São Paulo**, Dissertação (Mestrado Profissional), 189 f. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018.

AZEVEDO, Fernando. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 15, p. 8-28, jan/fev. 1958.

BRACHT, V. **A Constituição das Teorias Pedagógicas da Educação Física**. *Cadernos CEDES*, Campinas, a. 19, n. 48, ago., 1999

BRASIL, Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 30 jul.2017.

BRASIL. Alvará de 1º de abril de 1808. Permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil. **Coleção das leis do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, 1891.

BRASIL. _ Decreto de 31 de outubro de 1811. Comete à Real Junta do Comércio do Estado do Brasil a inspeção do Colégio das Fábricas. *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 131-132, 1890.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais** (Ensino Médio) – Linguagens, Código e suas Tecnologias. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>. Acessado em: 10 de julho de 2018.

CASTELLANI, FILHO L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, L. A.. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: Flacso, 2005.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, v. 32, n. 2, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? Trabalho, educação e saúde**, v.1, n.1, p. 45-60, 2003.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. Educação Física Progressista. In.:Edições Loyola, São Paulo 1998. MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Francisco Campos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em 23 ago 2021.

PERES, G. As Implicações da Educação Física no Âmbito Escolar. **Revista Digital, Campinas**, v. 2, n. 2 p.231- 243 fev., 2001. Disponível em <http://www.bibli.fae.unicamp.br>. Acesso em 06/nov./2005

RAMOS, M.R.B.; DE LIMA, K. M. **As Representações das aulas de Educação física sob o ponto de vista dos alunos do IFAL Palmeira dos Índios**. FIEP BULLETIN, v. 83, Special Edition, 2013.

REIS, B. D.; LÜDORF, S. M. A. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 483- 497, 2012.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 37. ed.
– Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, E. M.; BARBOSA, E. S.; ALMEIRA, E.; MARINHO, E. F. A
Educação Física no Ensino Médio: Conceitos e expectativas. **Revista
Gestão Universitária**, 2016.

SANTOS, Jomar Borges; ROSSET, Michele. Educação Física e Educação
Profissional: contribuições na perspectiva politécnica. **Revista Mundi
Engenharia, Tecnologia e Gestão**. Paranaguá, PR, v.4, n.1, março de
2019.

SOBRINHO, Eder Márcio Araujo; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins;
STEFANUTO, Vanderlei Antonio. Contribuições da Educação Física
à formação humana integral no ensino médio integrado. **Revista
Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 2, n. 2, p.
118-132, 2018.

TANI G...[et al.]. **Educação Física Escolar: fundamentos de uma abor-
dagem desenvolvimentista**. São Paulo: Editora da Universidade de
São Paulo, 1988.

VIANA, VALDERI NASCIMENTO; DIAS, CLAUDIO ALBERTO GELLIS
DE MATTOS (org.). **Educação física e EPT: Temáticas em Educação
Profissional e Tecnológica (EPT)**, [recurso eletrônico]. Centro de
Pesquisa, Macapá, AP, v. 1, 2020.

WANDERLEY JR, Edson Santos; CEZAR, Eduardo Henrique Almada.
A educação física como disciplina formadora no ensino médio/técnico:
investigando a sua relevância. **Caderno de Educação Física e Esporte**,
v. 11, n. 2, p. 49-59, 2013.

WANDERLEY JÚNIOR, E. S. **Concepções e práticas pedagógicas da
Educação Física escolar em uma instituição federal de Educação
Profissional e Tecnológica**. 2007. 106 f. [dissertação] – Instituto Oswaldo
Cruz, Rio de Janeiro, 2007.